



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Evolução Recente do Emprego e Distribuição da Renda no Brasil em uma Conjuntura de Crise

José Marangoni Camargo

Como citar: CAMARGO, J. M. Evolução Recente do Emprego e Distribuição da Renda no Brasil em uma Conjuntura de Crise. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (org.). **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 69-82.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p69-82>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

EVOLUÇÃO RECENTE DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL EM UMA CONJUNTURA DE CRISE

José Marangoni CAMARGO

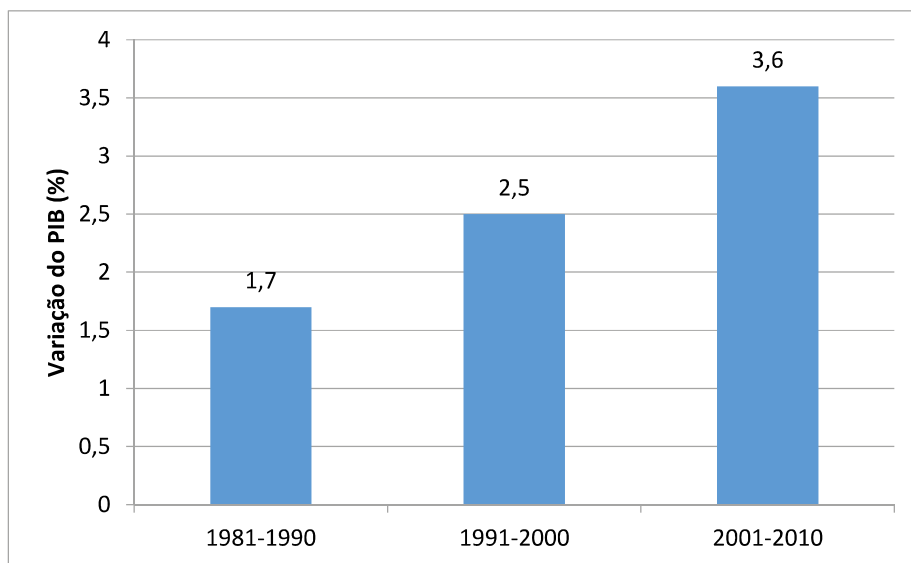
O presente artigo discute a evolução da economia brasileira no período recente, em um contexto de crise e os impactos sobre o emprego e a distribuição de renda. No período de 2003-2014, apesar de terem sido mantidas as políticas de cunho neoliberal, em linhas gerais, nos governos Lula da Silva e Dilma Rouseff, o cenário externo mais favorável até 2008 e mesmo depois da eclosão da crise econômica e financeira mundial neste ano, que nos afetou com menos intensidade que nos países centrais, possibilitou taxas de crescimento médias superiores às duas décadas anteriores, com efeitos positivos sobre o mercado de trabalho. Internamente, a formulação de um conjunto de políticas sociais, como a recomposição do valor real do salário mínimo e a concessão da bolsa família, possibilitaram também um crescimento da renda dos segmentos mais baixos e uma pequena desconcentração da renda, revertendo uma tendência de aumento da desigualdade observada desde os anos 60. Já no cenário mais recente, o desempenho medíocre da economia, com a redução acentuada das taxas de crescimento econômico a partir de 2011, na medida em que as condições macroeconômicas para uma expansão autossustentável não foram criadas, aponta para um esgotamento das políticas de melhoria da distribuição de renda. Os indicadores do mercado de trabalho para 2015 e início de 2016,

<https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p69-82>

por sua vez, mostram uma rápida deterioração, com sérios riscos de perda das conquistas obtidas ao longo da última década, como reflexo do agravamento das condições econômicas do país.

Entre 2007 e 2011, a economia brasileira cresceu em média 4,3% ao ano, desempenho este que foi um pouco superior ao da América Latina, enquanto os países centrais apresentaram uma taxa de expansão de apenas 0,5% ao ano neste período. Nessa conjuntura, a economia brasileira teve um comportamento que pode ser considerado satisfatório em uma conjuntura internacional desfavorável. A evolução da economia brasileira na última década foi bem superior ao verificado nos dois decênios anteriores. Na primeira década deste milênio, o crescimento do PIB foi de 3,6% ao ano em média, o dobro do verificado na década de 80 e 50% maior do que o observado nos anos 90 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Variação média anual PIB brasileiro no período de 1981-2010

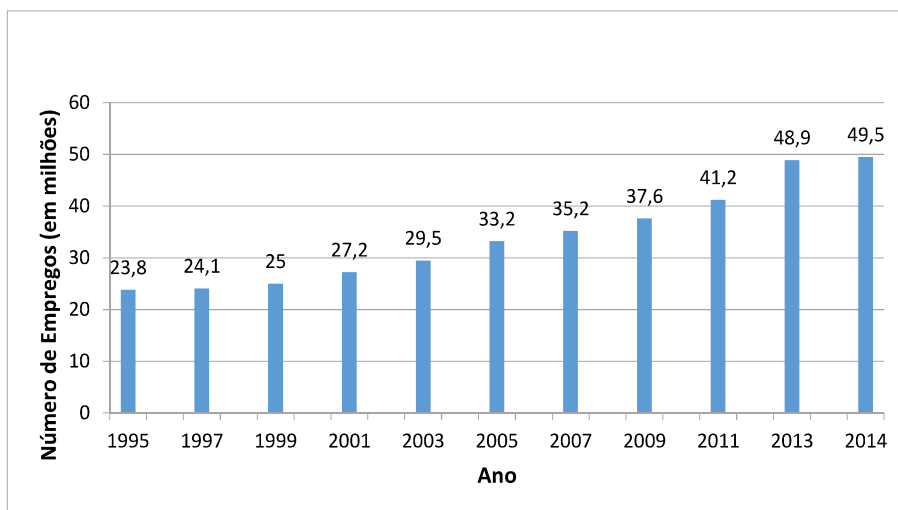


Fonte: IBGE (2016b)

Esse desempenho da economia brasileira no período recente possibilitou a melhoria de alguns indicadores socioeconômicos, como o comportamento do mercado de trabalho, que continuou a apresentar uma evolução favorável. As taxas de desemprego medidas pelo IBGE (2016b) tiveram uma nítida tendência de declínio a partir de 2004, quando caí-

ram de 8,9% da população economicamente ativa (PEA) neste ano para 6,5% em 2013, segundo a Pesquisa mensal de emprego (PME) realizada pelo mesmo órgão. O grau de formalização da força de trabalho, ou seja, o percentual das ocupações com carteira de trabalho assinada, também se recuperou no período, mesmo em 2009, aumentando sua participação na ocupação total. Entre 2006 e 2011, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada nas regiões metropolitanas passaram de 53,4% para 61,2% do total neste último ano. Entre 2003 e 2014, foram criados 20 milhões de empregos formais, reduzindo o grau de informalidade do mercado de trabalho, ao contrário do verificado na década de 90, quando cresceu significativamente a precarização das condições de trabalho, através do aumento das ocupações por conta própria ou sem registro (gráfico 2). O percentual de pobres e miseráveis por sua vez, declinou de um total de 51% da população brasileira em 2003 para 17,5% em 2015.

Gráfico 2 - Número de postos de trabalho formais (1995-2014)



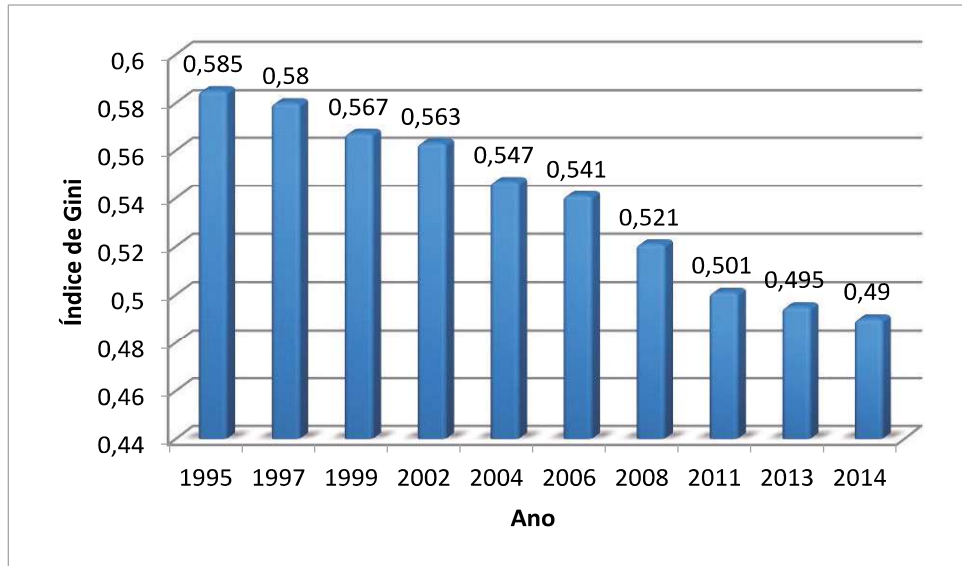
Fonte: MTE/RAIS

O mercado de trabalho no Brasil apresentou uma forte recuperação na década passada. O crescimento econômico mais expressivo da economia brasileira entre 2003 e 2013 teve impactos positivos sobre o mercado de trabalho, com indicadores mais favoráveis sobre o emprego e a distribuição de renda. Apesar de os governos Lula e Dilma terem mantido em linhas gerais a política macroeconômica anterior, com metas de

obtenção de superávits primários e de inflação, taxas de juros elevadas e taxa de câmbio apreciada, o cenário externo mais favorável até a eclosão da crise econômica e financeira mundial em 2007/2008 e um longo ciclo de valorização das *commodities* no comércio internacional possibilitaram uma melhoria nas contas externas e diminuíram a vulnerabilidade externa do país, o que permitiu taxas de crescimento mais expressivas. Internamente, os governos de Lula e Dilma adotaram um conjunto de políticas expansivas que possibilitaram um padrão de crescimento apoiadas no mercado interno, como os programas de transferência de renda, habitacionais (como o programa Minha casa, minha vida), recuperação gradativa do valor real do salário mínimo e a ampliação do crédito doméstico (CORSI; CAMARGO, 2014; BARBOSA; AMORIM, 2013).

Com taxas de crescimento econômico mais robustas, o mercado de trabalho registrou grande dinamismo no período, o que possibilitou ampliar o grau de formalização do trabalho. Apesar de 90% das novas vagas assalariadas criadas serem de até dois salários mínimos, o rendimento médio real do trabalho principal cresceu, passando de R\$986 em 2004 para R\$1.210 em 2009 e R\$1.573 em 2013. O bom desempenho do mercado de trabalho no período contribuiu para uma redução da desigualdade de renda da população. O Índice de Gini diminuiu de 0,585 em 1995, para 0,521 em 2009 e 0,490 em 2014 (Gráfico 3). Além disso, a participação dos 50% mais pobres na renda total cresceu de 14% em 1999 para 17,7% em 2010 e 18,8% em 2014, enquanto que a fatia dos 10% mais ricos passou de 46,8% para 40,9% nesse período (Tabela 1). A renda dos 10% mais ricos, que era mais de 22 vezes superior aos dos 40% mais pobres, passou para 15 vezes em 2013. A evolução da participação da renda do trabalho na renda nacional também cresceu de 39,1% em 2003, para 43,6% em 2010, depois de quatro décadas seguidas de contínuo declínio. O desemprego por sua vez, diminuiu de 10,5% do total da PEA para 7,8% em 2008 e 6,5% em 2013, explicada em parte por um menor crescimento da PEA. O comportamento mais favorável do mercado de trabalho, com expansão considerável do emprego formal e dos rendimentos do trabalho, conjugado a uma política de valorização do salário mínimo e de outras políticas sociais como o Bolsa família, e a expansão do crédito foram fundamentais para alavancar o padrão de acumulação sustentados, sobretudo, na ampliação do consumo.

Gráfico 3 - Índice de Gini (1995-2014)



Fonte: IBGE (2016a)

Tabela 1 - Distribuição pessoal de renda (%) 1960 -2014

EXTRATOS	ANO						
	1960	1970	1980	1990	1999	2010	2014
50% mais pobres	17,7	14,9	14,2	11,2	14,0	17,7	18,9
40% médios	42,7	38,4	38,1	39,1	39,2	37,8	40,2
10% mais ricos	39,6	46,7	47,7	49,7	46,8	44,5	40,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	27,7	34,1	34,9	35,8	33,4	32,4	28,9
1% mais rico	12,1	14,7	14,7	14,6	13,1	13,8	11,7

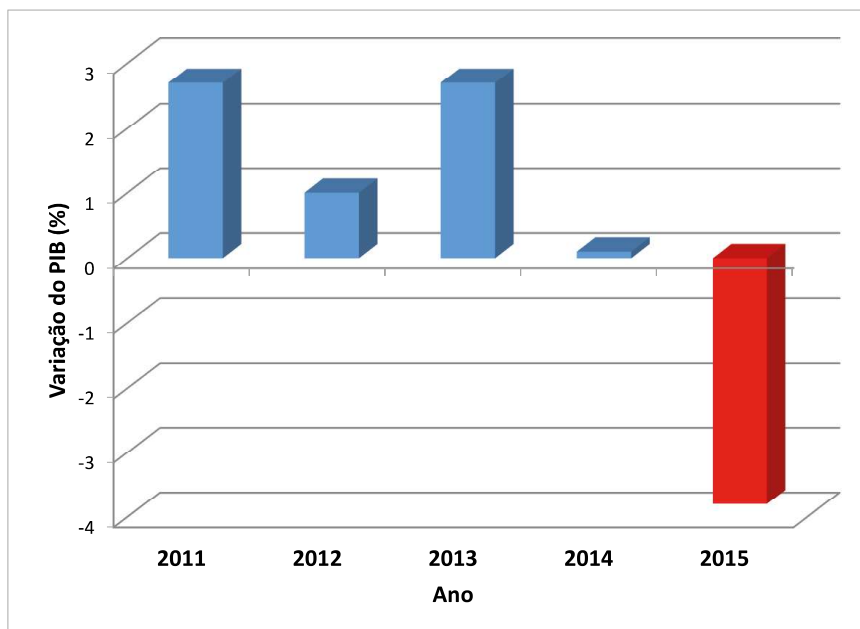
Fonte: IBGE, Censos Demográficos e PNADs

A partir de 2011, a economia brasileira entra em uma rota de instabilidade, marcada por taxas mais baixas de crescimento econômico e taxas de inflação mais elevadas (Gráfico 4). Apesar do cenário econômico mais adverso, os indicadores do mercado de trabalho apresentaram ainda uma evolução relativamente favorável até 2013.

Os dados disponíveis sobre a distribuição de renda indicam, portanto, um processo de redução das desigualdades de renda, puxados pelo crescimento econômico mais significativo, especialmente até 2008, e pelas políticas de transferência de renda aos segmentos mais vulneráveis da socie-

dade brasileira. Contribuiu também, de forma expressiva para a tendência de menor concentração de renda, a continuidade da recuperação do valor real do salário mínimo, que no início de 2016 encontra-se em um patamar quase 20% maior que o verificado em 2010 e quase 130% superior ao observado em 1995, quando este atingiu o seu menor valor real desde que foi criado em 1940 (Gráfico 5). Segundo o DIEESE (2016), os impactos decorrentes da elevação do salário mínimo são expressivos, beneficiando quase 50 milhões de pessoas que têm rendimento referenciado a esse piso. No tocante ao emprego, apesar do cenário econômico menos favorável, os indicadores do mercado de trabalho apresentam ainda um comportamento positivo até 2014, com taxas de desemprego relativamente reduzidas e a tendência de aumento do grau de formalização da força de trabalho, em parte explicada pela redução do ritmo de crescimento da população economicamente ativa. Auxilia também, para a manutenção das taxas de desemprego em patamares relativamente baixos até esse período, o crescimento dos rendimentos do trabalho e as políticas de transferência de renda que possibilitaram a elevação da escolaridade e a entrada tardia do contingente de jovens no mercado de trabalho (HORIE; PELATIERE; MARCOLINO, 2014).

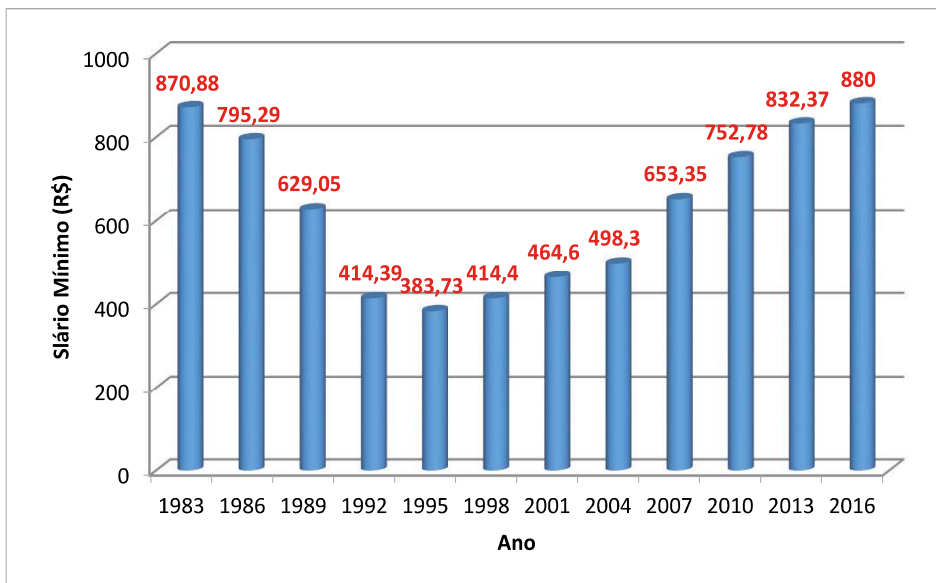
Gráfico 4 - Variação anual do PIB Brasil (2011- 2015)



Fonte: IBGE (2016a)

É preciso considerar, no entanto, que, em que pese os avanços obtidos na redução da desigualdade de renda no país a partir da década de 2000, resultante da combinação de um comportamento mais favorável do mercado de trabalho e da ampliação das políticas sociais levadas a cabo pelo Estado, o quadro distributivo no Brasil continua sendo marcado por fortes desigualdades. Os ganhos salariais ao longo dos anos 2000 representam, em grande medida, uma recuperação do poder de compra dos salários verificados no início da década, corroídos até 2004 (SUMMA, 2014). Além disso, várias pesquisas apontam uma desigualdade ainda maior no tocante à propriedade (CALIXTRE, 2014; MEDEIROS; CASTRO, 2014), a permanência de uma estrutura tributária regressiva do país, e ainda elevado grau de informalidade do mercado de trabalho, de maneira que as desigualdades de renda continuam muito altas, além da permanência das disparidades no tocante ao acesso ao emprego, educação e saúde, transporte público e habitação de melhor qualidade (BARBOSA; AMORIM, 2014).

Gráfico 5 - Evolução do salário mínimo real médio anual em reais de 01 jan. 2016



Fonte: DIEESE

Além disso, o esgotamento do modelo de crescimento, centrado no consumo de bens duráveis, e do aumento do crédito ao consumidor

levaram a uma redução das taxas de crescimento econômico no Governo Dilma, que exigiam a reorientação das políticas econômicas para explorar outras frentes de expansão como a ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social, necessários para eliminar gargalos de oferta na logística e ampliar a oferta de bens de consumo público e coletivo, a exploração de recursos naturais, particularmente no setor de petróleo e gás e o estímulo ao setor nacional de máquinas e equipamentos para atender aos investimentos nas outras frentes. No entanto, em um contexto de altas taxas de juros, especialmente a partir de 2013, e de valorização cambial, levaram a uma desaceleração da demanda e o aumento de importações, com queda da produção industrial e dos investimentos (que caem de 19,5% do PIB em 2010 para 17,9% em 2014) que não responderam aos incentivos via desonerações fiscais e elevação dos níveis de utilização da capacidade ociosa (BASTOS, 2015). A economia brasileira, que já vinha apresentando uma desaceleração do crescimento na atual década, cresce apenas 0,3% em 2014, causando impactos sobre o quadro distributivo, com uma tendência de estagnação da desigualdade de renda no país.

Apesar da piora de algumas variáveis econômicas a partir de 2014, não havia indicações de uma deterioração significativa dos fundamentos econômicos, como a visão neoliberal e a grande mídia propalavam. A taxa de inflação neste ano, de 6,4%, esteve dentro da meta e com comportamento semelhante ao dos últimos anos. Do ponto de vista fiscal, entre 2004 e 2013, os superávits primários foram em média de 3% anuais do PIB, sendo negativo em 2014, de -0,6% do PIB, resultante da política de desonerações fiscais, do esgotamento do ciclo de consumo, da redução dos investimentos e da estagnação econômica, impactada pelo cenário externo desfavorável e do aumento da taxa de juros a partir do início de 2013, o que levou também a um aumento do déficit nominal. Ainda assim, os níveis da dívida pública líquida ou bruta apresentavam patamares relativamente baixos para os padrões internacionais. Os indicadores de desempenho da economia, da inflação, dos déficits fiscais, do setor externo e do mercado de trabalho sinalizavam para o fim de um ciclo de crescimento, não para uma profunda crise (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2015).

Assim, para alguns analistas, como Bastos (2015) e os da Fundação Perseu Abramo (2015), nada justificaria a “virada neoliberal” e a adoção de

políticas de cunho ortodoxo a partir do início do segundo governo Dilma. Na realidade, segundo estes autores, a deterioração econômica verificada em 2014 foi muito mais reflexo das incertezas políticas em ano de eleições presidenciais e do quadro internacional adverso, do que resultado de decisões equivocadas de política econômica, taxada de “nova matriz econômica”. Com a ajuda da grande mídia, a visão liberal, defendendo um ajuste da economia e das contas públicas, passou a ser dominante, impondo uma agenda marcada pela austeridade fiscal e monetária, via corte de gastos, elevação dos impostos e aumento da taxa básica de juros. Esta última, depois de ter se reduzido de 12,5% em julho de 2012, para 7,25% em outubro deste ano, entrou em rota ascendente desde então, chegando 14,25% em julho de 2015 e vem mantendo este patamar nos últimos meses.

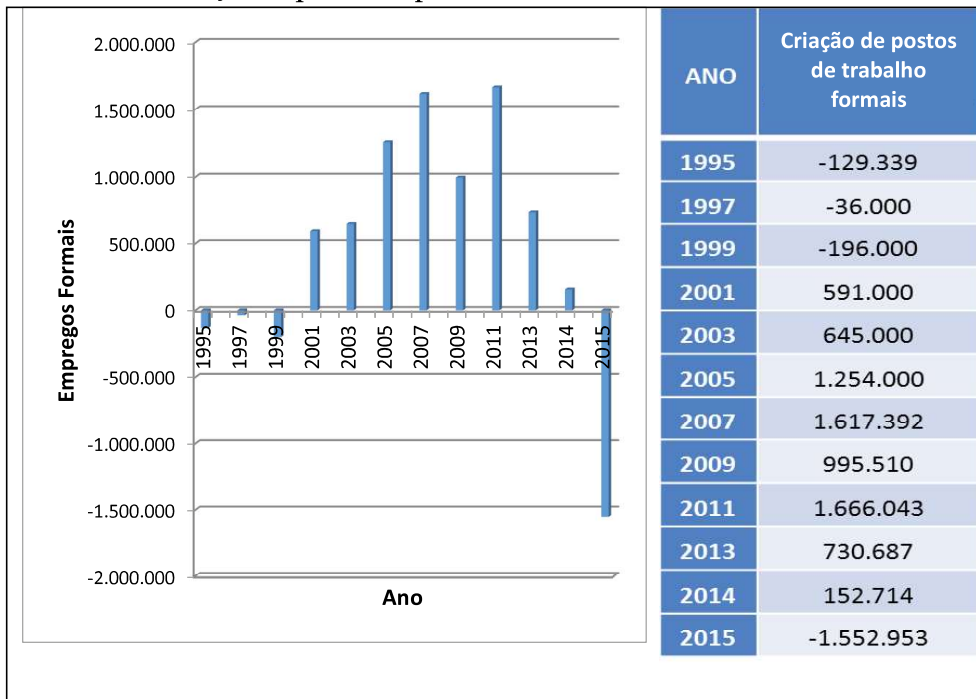
Segundo a Fundação Perseu Abramo (2015), os primeiros resultados da implementação dessa política se traduziram em queda acentuada na taxa de crescimento da economia, de -3,8% em 2015, e com previsão de redução de mais de 3% do PIB neste ano, aumento do desemprego, declínio da renda real do trabalhador e aumento das taxas de inflação no ano passado, que alcançou 11%, segundo o IPCA do IBGE. Além disso, o discurso encampado, inclusive pelo Banco Central, de que o crescimento econômico só retornará pela retomada da confiança empresarial, o que por sua vez dependeria da queda da inflação e do ajuste das contas públicas, dificilmente se concretizará em um horizonte de curto prazo. Isso porque, na medida em que o aumento dos preços em 2015 teve um caráter muito mais “corretivo” do que de demanda, ao se corrigir de uma vez as defasagens das tarifas públicas, como os preços da energia, a queda da inflação tem exigido um brutal aumento das taxas de juros, com impacto devastador sobre a dívida pública e forte desaceleração do mercado do trabalho, com rápido aumento do desemprego e redução do salário real. Ao mesmo tempo, com a significativa redução do nível de atividade econômica a partir de 2015, as receitas tributárias também caíram e o ajuste recessivo tem levado a um aumento da dívida pública, em vez do contrário, como disseminado pelo discurso neoliberal. O aumento dos juros da dívida pública, além de elevar o déficit nominal (em torno de 8% do PIB em 2015) e o endividamento bruto (de 59,8% do PIB em 2014 para 66,2% no final de 2015), tem causado efeitos fortemente negativos sobre a atividade econômica e con-

sumido parcelas crescentes do orçamento público. Os gastos com juros da dívida pública superaram um trilhão de reais entre 2009 e 2013 e mais de 500 bilhões em 2015, o que representa cinco vezes o orçamento da saúde e da educação (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016).

A crise econômica, resultante do ajuste recessivo e as perspectivas desalentadoras para este ano, apontam para um aumento significativo das taxas de desemprego e o rebaixamento dos salários. Em 2015, mais de 1,5 milhão de postos de trabalho com carteira de trabalho assinada desapareceram (Gráfico 5). Neste ano, mais de 1,1 milhão de postos de trabalho formais já foram perdidos. Já em 2014, tinham sido criadas apenas 150 mil novas vagas, enquanto em 2010 foram gerados mais de 2.130 mil postos de trabalho com carteira (5.400 mil novas vagas entre 2010 e 2013). Como decorrência do menor dinamismo do mercado formal de trabalho, aumentou a informalidade e o trabalho por conta própria como válvula de escape para o maior índice de desemprego. Atividades de trabalho autônomo como pedreiros, serventes e camelôs cresceram 5,2% em 2015 e o emprego doméstico, em retração nos últimos anos, voltou a crescer no ano passado, com uma expansão de 6,2%. Em agosto de 2015, 19,8% da população ocupada, segundo a PME/IBGE, se enquadrava nesta modalidade, a maior desde dezembro de 2006. A taxa de desemprego, por sua vez, que vinha declinando desde o início da pesquisa da PNAD Contínua nesse processo no início de 2012, de 7,5% no segundo trimestre deste ano, para 6,8% no mesmo período em 2014 e começa a crescer no início de 2015, para 7,9% no primeiro trimestre daquele ano e alcançou quase 11% da PEA no primeiro trimestre deste ano (Tabela 2). Este aumento do número de desocupados é formado em parte por jovens que antes estavam dedicados exclusivamente aos estudos e que entram no mercado de trabalho para complementar o orçamento doméstico, além daqueles que perderam seus empregos. Os dados da PNAD Contínua mostram também queda de 3,2% do rendimento médio real no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. No tocante à desigualdade de renda, apesar do Índice de Gini ter diminuído em 2014 em relação ao ano anterior (de 0,495 para 0,490), houve aumento na região Sudeste, a mais rica do país, de 0,475 para 0,478, o que não ocorria desde 2005. Esta tendência deve ter se repetido em 2015 e deve ocorrer neste ano, como re-

sultado do aprofundamento da crise econômica, elevação da inflação, menor crescimento do salário mínimo e do aumento do desemprego. Ou seja, os custos do ajuste têm incidido, sobretudo sobre os mais pobres, através da desvalorização dos salários e um acelerado crescimento do desemprego, o que pode frear a inflação, mas com pesados custos sociais e econômicos.

Gráfico 6 - Geração líquida de postos de trabalho formal



Fonte: MTE/CAGED

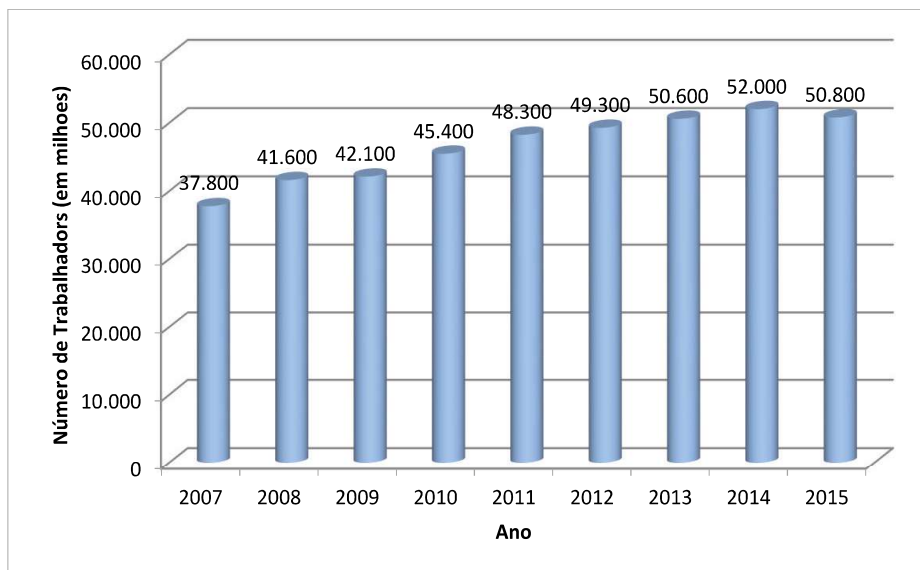
Tabela 2 - Taxa de desemprego e rendimento real dos ocupados em todos os trabalhos (2012-2016)

Período	Taxa de Desemprego	Rendimento Real (R\$)
Abr./mai./jun. 2012	7,5	1.917
Abr./mai./jun. 2013	7,4	1.988
Abr./mai./jun. 2014	6,8	1.961
Jan./fev./mar. 2015	7,9	2.031
Abr./mai./jun. 2015	8,3	2.021
Jul./ago./set. 2015	8,9	1.987
Out./nov./dez. 2015	9,0	1.961
Jan./fev./mar. 2016	10,9	1.966

Fonte: PNAD Contínua/IBGE

Os efeitos da crise econômica sobre a renda do trabalho e emprego também podem ser constatados quando se observa que pela primeira vez desde 2007, o número de trabalhadores que recebeu o décimo terceiro salário caiu em 2015. O número de pessoas que receberam o 13.º salário em 2015 foi 0,3% inferior ao calculado em 2014, em grande parte pela redução do estoque de empregos no setor formal da economia (gráfico 6). Outro indicador que revela a deterioração das condições do mercado de trabalho, segundo o DIEESE, é que em quase metade das negociações coletivas em 2015, analisadas pelo órgão os reajustes salariais ficaram iguais ou inferiores ao INPC, pior desempenho das negociações coletivas de reajuste salarial desde 2004 (DIEESE, 2016). Como já apontava Dedecca (2013), sem um ritmo maior de crescimento econômico, um maior patamar dos investimentos produtivos e o esgotamento das políticas de transferência de renda, aumentam os desafios para superar o quadro de elevada desigualdade que ainda persiste no país, especialmente no panorama de profunda recessão pelo qual passa o país.

Gráfico 7 - Trabalhadores do mercado formal que receberam 13.º salário



Fonte: DIEESE (2015)

A superação da pobreza e da desigualdade exige uma combinação de políticas sincronizadas (macroeconômica, de competitividade e comercial) que parecem ter sido abandonadas em função dos interesses domi-

nantes do capital financeiro e da implementação de políticas neoliberais que tendem a levar a economia brasileira a um novo ciclo de estagnação econômica. Ou, como coloca Bastos (2015) em seu ensaio “Austeridade para quem?”, a questão é quem vai pagar a conta, e com a hegemonia da opção conservadora, esta opção mais uma vez, por enquanto, está sendo paga pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira, preservando a riqueza financeira em vez de apostar em uma estratégia que privilegiasse a retomada do crescimento econômico, como defendem os economistas da Fundação Perseu Abramo (2015), o que possibilitaria ampliar as receitas, reduzir gastos com juros, além da necessidade de realização de uma reforma tributária progressiva, revisão de incentivos fiscais e combate à sonegação e evasão de receitas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. F.; AMORIN, R. L. C. Desafios para o enfrentamento da desigualdade no Brasil. In: FAGNANI, R.; FONSECA, A. (Org.), *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 29-50.
- BASTOS, P. P. Z. *Austeridade para quem?* a crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas para o Brasil. Campinas, IE/Unicamp [Texto para Discussão] n. 257, 2015.
- BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. Juros de amor. *Tendências/Debates*. Folha de São Paulo. 14 Jan. 2016. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/01/1729277-juros-de-amor.shtml>>. Acesso em 30 ago. 2016.
- CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. *Crescimento econômico, distribuição de renda e movimentos sociais no Brasil: 2003-2013*. Lisboa, Atas do Primeiro Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015, p. 1315-1324.
- DEDECCA, C. S. *Uma breve nota sobre a complexidade ao desafio da redução da desigualdade e da pobreza segundo a PNAD de 2012*. Campinas, Rede Desenvolvimentista, [Texto para Discussão] n. 14, 2013.
- DIEESE. *R\$173 bilhões devem ser injetados na economia a título de 13.º salário*. São Paulo, Nota à Imprensa, 2015.
- _____. *Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2015*. São Paulo, Estudos e pesquisas n.80, 2016a.

DIEESE. *Política de valorização do salário mínimo: salário mínimo de 2016 é fixado em R\$880,00*. São Paulo, Nota Técnica n.153, 2016b.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Mudar para sair da crise: alternativas para o Brasil voltar a crescer*. São Paulo, v. 1, 2015.

HORIE, L.; PELATIERE, P.T.; MARCOLINO, A. *O mercado de trabalho brasileiro recente*. São Paulo, Teoria e Debate. n. 123, 2014.

IBGE. Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios com rendimento. *Séries históricas e estatísticas*, 2016a. Disponível em: <<http://serie-sestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=0&vcodigo=FED103&t=indice-gini-distribuicao-rendimento-mensal-domicilios>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Produto interno bruto: valores. *Séries históricas e estatísticas*, 2016b. Disponível em <<http://serie-sestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=SCN51&t=produto-interno-bruto-pibbrvalores-real>>. Acesso em: 30 Ago. 2016.

IEDI. *Comércio exterior de bens da indústria de transformação: exportando menos, importando bem mais*. São Paulo, Carta IEDI n. 608, 2014.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. F.; CASTRO, F.A. *O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012*. Brasília, UNB. 2014. Disponível em: <<http://ssm.com/abstract=2479685>>. Acesso em: 09 jun. 2014.